



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
 Centro Legislativa Presidente Antônio Carlos

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 429/12

Cria a 2ª Vara Cível na Comarca de Bandeirantes, entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277/03.

Art. 1º Fica criada a 2ª Vara Cível na Comarca de Bandeirantes, entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 2º Fica alterado o inciso III do art. 263 da Lei referida no art. 1º, que passa a vigorar acrescido da alínea "c", com a seguinte redação:

"Art. 263...

(...)

III – na Comarca de Bandeirantes:

(...)

c) 2ª Vara Cível."

Art. 3º Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito para a Comarca de Bandeirantes, de entrância intermediária.

Art. 4º Fica criado 1 (um) cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinado ao assessoramento do Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Bandeirantes, nos termos da Lei nº 16.957, de 05 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2 da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei nº 14.807, de 20 de julho de 2005.

Parágrafo único. O cargo criado na forma do *caput* é privativo de Bacharel em Direito.

Art. 5º Ficam alterados os Anexos IV, V e IX, Tabela 1 da Lei referida no art. 1º.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

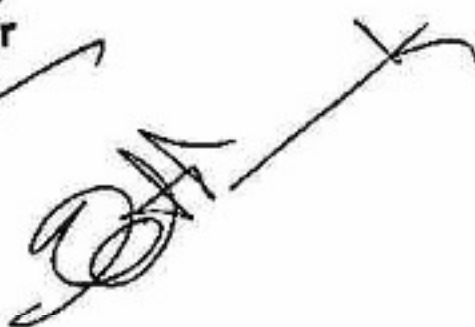
Sala das Comissões, 17 de setembro de 2012.



Alexandre Curi
Presidente



Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 430/12

Cria 3 (três) Varas Criminais, conforme especifica,
alterando a Lei Estadual nº 14.277/03.

Art. 1º Fica criada a 3ª Vara Criminal no Foro Regional de São José dos Pinhais, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 2º Fica criada a 4ª Vara Criminal na Comarca de Ponta Grossa, entrância final, alterando a Lei mencionada no art. 1º desta Lei.

Art. 3º Fica criada a 5ª Vara Criminal no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, entrância final, alterando a Lei mencionada no art. 1º desta Lei.

Art. 4º O art. 255, Inciso VIII, da Lei referida no art. 1º desta Lei, passa a vigorar acrescido da alínea "e", com a seguinte redação:

"Art. 255. Fica criado nos Foros Regionais que integram a Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, o seguinte:

...
VIII – No Foro Regional de São José dos Pinhais:

a) ...

e) a 3ª Vara Criminal."

...

Art. 5º O art. 256, incisos V e VI da Lei referida no art. 1º desta Lei, passam a vigorar acrescidos respectivamente das alíneas "c" e "c", com a seguinte redação:

"Art. 256. Fica criado nas Comarcas de entrância final o seguinte:

I – ...

...

V – Na Comarca da Região Metropolitana de Maringá, Foro Central:

a) ...

c) a 5ª Vara Criminal.

VI – Na Comarca de Ponta Grossa:

a) ...

c) a 4ª Vara Criminal."

Art. 6º Ficam criados 3 (três) cargos de Assistente I de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C e 3 (três) cargos de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinados ao assessoramento dos Juizes de Direito das Varas criadas nos arts. 1º, 2º e 3º da presente Lei, nos termos da Lei nº 15.831 de 12 de maio de 2008, alterada pela Lei nº 16.957 de 05 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2 da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei nº 14.807, de 20 de julho de 2005.

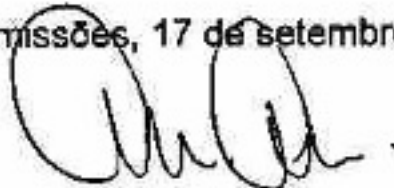
Parágrafo único. Os cargos criados na forma do *caput* são privativos de Bacharel em Direito.

Art. 7º Ficam alterados os anexos IV, V e IX, Tabela 1 da Lei referida no art. 1º desta Lei.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

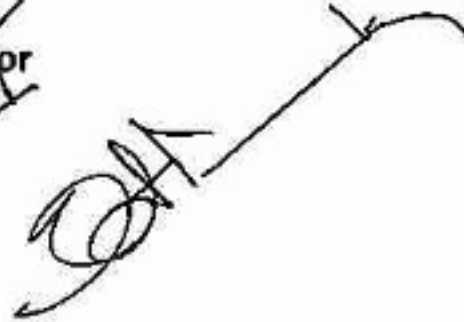
Sala das Comissões, 17 de setembro de 2012.



Alexandre Curi
Presidente



Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 431/12

Cria a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, no Foro Regional de Piraquara, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual nº 14.277/03.

Art. 1º Fica criada a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, no Foro Regional de Piraquara, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 2º Fica alterado o inciso XI do art. 255 da Lei Estadual nº 14.277/03, que passa a vigorar acrescido da alínea "b", com a seguinte redação:

***Art. 255.** Fica criado nos Foros Regionais que integram a Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, o seguinte:

(...)

XI – no Foro Regional de Piraquara:

(...)

b) a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.*

Art. 3º Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito, de entrância final, para o Foro Regional de Piraquara.

Art. 4º Fica criado 1 (um) cargo de Assistente I de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C e 1 (um) cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinado ao assessoramento do Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial do Foro Regional de Piraquara, nos termos da Lei nº 15.831, de 12 de maio de 2008, alterada pela Lei nº 16.957, de 05 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

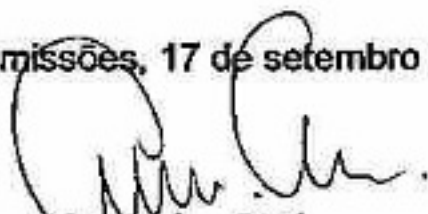
Parágrafo único. Os cargos criados na forma do *caput* são privativos de Bacharel em Direito.

Art. 5º Ficam alterados os anexos IV, V e IX, Tabela 1 da Lei referida no art. 1º.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2012.



Alexandre Curi
Presidente



Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Resolução nº 016/12

Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de julho de 2012. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, prevista na Resolução nº 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de julho de 2012.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2012.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi em tinta azul.

Alexandre Curi
Presidente

Assinatura manuscrita do relator em tinta azul.

Relator

Dois conjuntos de assinaturas manuscritas em tinta azul, localizadas à direita das assinaturas principais.